

Testemunhos de Eduardo Galvão sobre o sistema de aviamento no rio Negro: excertos de documentos do Arquivo do Museu Paraense Emílio Goeldi

Testimonies by Eduardo Galvão about the *aviamento* system in the Rio Negro: excerpts from documents from the Goeldi Museum Archive

Márcio Augusto Freitas de Meira¹  | Lucia Hussak Van Velthem¹ 

¹Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Pará, Brasil

Resumo: Este memorial visa publicizar uma seleção de documentos do Fundo Eduardo Galvão, depositado no Arquivo Guilherme de La Penha, do Museu Paraense Emílio Goeldi. Trata-se de fragmentos de um acervo bem mais amplo sobre o rio Negro, produzido pelo antropólogo em 1951 e 1954, quando realizou duas expedições etnográficas àquela região. Antecedidos de uma breve contextualização sobre o antropólogo e sua obra relacionada à região do rio Negro, são publicados uma seleção de fotografias e trechos extraídos de diários de campo, que retratam personagens e suas relações no contexto do sistema de aviamento, principalmente relacionados à exploração da borracha.

Palavras-chave: Amazônia. Povos indígenas. Rio Negro. Eduardo Galvão. Aviamento.

Abstract: This memorial aims to publicize a selection of documents from the Eduardo Galvão Fund, deposited in the Guilherme de La Penha Archive of the Goeldi Museum. These are fragments from a much larger collection on the Rio Negro, produced by the anthropologist during his two ethnographic expeditions to the region in 1951 and 1954. Following a brief contextualization of the anthropologist and his work related to the Rio Negro region, a selection of photographs and excerpts extracted from field diaries are presented. They portray characters and their relationships in the context of the *aviamento* system, mainly related to rubber exploitation.

Keywords: Amazon. Indigenous people. Rio Negro. Eduardo Galvão. *Aviamento*.

Meira, M. A. F., & Velthem, L. H. V. (2024). Testemunhos de Eduardo Galvão sobre o sistema de aviamento no rio Negro: excertos de documentos do Arquivo do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 19(3), e20230111. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0111.

Autor para correspondência: Márcio Augusto Freitas de Meira. Av. Perimetral, 1901. Belém, PA, Brasil. CEP 66077-830 (marcioaugustomeira@gmail.com).

Recebido em 19/12/2023

Aprovado em 09/09/2024

Responsabilidade editorial: Márcio Couto Henrique



INTRODUÇÃO

Eduardo Galvão e sua esposa, a bibliotecária Clara Galvão, realizaram duas expedições de campo ao noroeste amazônico, a primeira entre setembro de 1951 e janeiro de 1952, percorrendo o médio rio Negro, e a segunda entre setembro de 1954 e março de 1955, quando chegaram até o alto rio Negro e o rio Içana. Os diários de campo e as fotografias, produzidos por Eduardo e Clara¹ nos quase 12 meses que permaneceram naquela região, estão há mais de trinta anos depositados e salvaguardados no Arquivo Guilherme de La Penha, do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), em Belém do Pará.

O conjunto diversificado e rico dessas fontes permite uma análise de vários assuntos relativos às relações sociais e interétnicas na região do rio Negro, mas a análise e a problematização de todo o conjunto não estão no foco deste memorial. Seu propósito, mais modesto, é publicizar uma parte dos documentos produzidos durante essas viagens. O fragmento aqui apresentado dos documentos foi selecionado por um recorte temático dos trechos dos diários e das fotos, que retratam, em textos e imagens, personagens engajados no sistema de aviamento, principalmente relacionados à exploração da borracha.

Trata-se de uma parte do legado documental do antropólogo Eduardo Galvão, que, nas décadas de 1950/1960, produziu uma interpretação reconhecidamente valiosa sobre os povos indígenas do rio Negro e suas relações com o mundo envolvente (Galvão, 1979 [1954], 1959, 1979 [1962]). Escolhemos o tópico que aborda o sistema de aviamento, pois o tema está presente nos diários e nas fotografias, cujos aspectos testemunhais são, ainda hoje, válidos para a compreensão daquela região, como é o caso da revelação que fazemos da identidade verdadeira

do comerciante Graciliano Gonçalves, descrito por Galvão sob o nome fictício 'Garcia'.

Em 2019, o então presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), Marivelton Baré, esteve no MPEG e visitou o Arquivo Guilherme de La Penha, onde pôde ter acesso aos documentos de Galvão sobre o rio Negro. O líder Baré demonstrou, na ocasião, vivo interesse pela documentação, por revelar-se um importante testemunho sobre a história dos povos indígenas do rio Negro em meados do século XX, inclusive do seu próprio povo, que habita principalmente o médio e o alto rio Negro, um dos trechos percorridos por Galvão e sua esposa.

Marivelton Baré ressaltou à equipe técnica do MPEG e aos pesquisadores que o acompanhavam a importância de o acervo ser mais divulgado pela instituição, colaborando, assim, para a promoção da memória e das lutas por direitos dos indígenas de sua região. Dessa forma, a publicação das fontes selecionadas neste memorial, além de homenagear Galvão, responde também às legítimas demandas expressas pelo presidente da FOIRN, em nome das comunidades indígenas. Aqui, estão transcritos três documentos extraídos dos diários de campo de Galvão, de 1951 e 1954, além de fotografias, dispostas nesta contribuição após os textos de Galvão (Fotografias I a XIX)².

As fotografias selecionadas, disponibilizadas digitalmente, constituem, no original, a imagens impressas em pequeno formato, coladas em envelopes contendo os respectivos negativos. Sobre os envelopes, consta a indicação geográfica geral – 'Rio Negro' –, infelizmente sem indicações de localidades específicas ou de datações. Não há também a identificação das pessoas fotografadas. O que tentamos fazer, em alguns casos indicados no texto, foi procurar destacar localidades e os anos prováveis das fotos.

¹ A apresentação dos diários de Clara Galvão não compõe o escopo deste memorial.

² Nesta pequena seleção de fotografias aqui apresentada, escolhemos imagens realizadas nos anos de 1951 e 1954 pelo antropólogo Eduardo Galvão ou por Clara Galvão, na região do médio e alto rio Negro (não há identificação de autoria, de datação e de localização nas fotos). O critério utilizado foi o de exibir ao leitor, além dos dois antropólogos em campo, os instantâneos que testemunham, ilustram e elucidam paisagens, personagens e cenas relacionadas às atividades de produção e comércio de borracha e piaçaba na década de 1950 no rio Negro. A produção, o transporte e o comércio de produtos extrativos documentado pelas imagens estavam inseridos no sistema de aviamento, referido neste memorial, e tão bem explicitado etnograficamente pelos fragmentos dos diários produzidos por Eduardo Galvão

Com a finalidade de situar historicamente a produção dos documentos disponibilizados, inclusive para facilitar a apreensão dos leitores e dos próprios indígenas do rio Negro interessados nessas fontes, apresentamos, de forma descritiva e sucinta, a trajetória acadêmica de Eduardo Galvão e sua relação com o rio Negro, seguida de um breve relato da constituição do Fundo Eduardo Galvão e Clara Galvão no Arquivo do MPEG. Para a compreensão do tema do aviamento naquela região, apresentamos uma contextualização como auxílio à leitura das fontes apresentadas.

EDUARDO GALVÃO E O RIO NEGRO

Eduardo Enéas Gustavo Galvão nasceu no Rio de Janeiro, em 1921, e começou sua carreira no Museu Nacional (MN) como estagiário em Antropologia, em 1939. Em 1941, aos 20 anos, participou do curso de etnologia geral daquela instituição, sob a orientação do antropólogo norte-americano Charles Wagley (1913-1991), que o levou decididamente a colaborar em seus projetos de pesquisa, tanto entre os Tenetehara, no Maranhão, como com as comunidades 'caboclas' em Gurupá, no baixo Amazonas, onde realizaram pesquisas de campo juntos. Entre 1947 e 1949, doutorou-se na Universidade de Columbia, sob a orientação de Wagley, tornando-se o primeiro brasileiro PhD em antropologia, com a tese sobre religiosidade em Gurupá, publicada em português com o título "Santos e visagens" (Galvão, 1955). Ao longo desse período, Galvão também fez pesquisas de campo entre os Tapirapé (1940), os Kaiwá (1943) e os Kamaiurá (1947-1950), tendo retornado posteriormente ao Xingu nos anos 1960 (D. Ribeiro, 1979).

Segundo Velthem (1976, p. 227),

Ao desligar-se definitivamente do Museu Nacional em 1952, inicia novo e diversificado trajeto que o conduzirá ao Serviço de Proteção aos Índios – SPI, como chefe da Seção de Orientação e Assistência (1952-1955); ao Museu Paraense Emílio Goeldi, onde chefia a Divisão de Antropologia (1955); à Universidade do Pará, como professor (1957-58); à liderança do Instituto de Ciências Humanas da

Universidade de Brasília, onde foi um dos professores pioneiros (1963-1964); à coordenação do Centro de Estudos Sociais e Culturais da Amazônia em Belém (1968-1973) e novamente à direção da Divisão de Antropologia do Museu Goeldi, em cujo cargo veio a falecer.

Desde 1955, excetuando o pequeno interstício em Brasília, na Universidade de Brasília (UnB), Galvão viveu em Belém do Pará, tendo como vínculo principal o MPEG, onde sua esposa, Clara, exerceu a função de bibliotecária-chefe da instituição (D. Ribeiro, 1979, p. 14).

Durante a década de 1950, seu foco de pesquisa principal foi a região do rio Negro, quando lá esteve em 1951 e 1954. Segundo Gonçalves (1996, p. 20), o interesse de Eduardo Galvão pela região do rio Negro teria começado em 1951, ainda no MN, quando teria se engajado em um projeto idealizado por Heloísa Alberto Torres sobre a região, realizando naquele ano sua primeira expedição (Figuras 1 e 2).

Porém, ao sair do MN, em 1952, o projeto de Galvão no rio Negro seguiu seu curso no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), instituição pela qual realizou a segunda expedição, em 1954, já às vésperas de se transferir para o MPEG. Como afirmou Berta Ribeiro (no texto das orelhas de Galvão, 1979), nesse período ". . . seu escopo mais alto era, seguindo as diretivas de Rondon, buscar soluções tendentes a, em primeiro lugar, salvaguardar o índio como ser vivo e, paralelamente, estudá-lo a fim de melhor levar a cabo esta política". Ou seja, as duas pesquisas de campo no rio Negro ocorreram nesse interregno até sua chegada ao MPEG, um período em que, ligado ao SPI, transitava entre a pesquisa antropológica estrito senso e a atividade indigenista.

As principais preocupações teóricas de Galvão giravam em torno do tema da 'aculturação', associado ao de 'mudança cultural' (Kato et al., 2020). Esta questão já estava presente em seu doutorado em Columbia, quando estudou a religiosidade entre os 'caboclos' de Gurupá. Segundo D. Ribeiro (1979, p. 14), Galvão tinha "interesse supremo" pela "análise do duplo trânsito da condição de índio tribal à de índio genérico, destribilizado, e deste à de tapuia acaboclado". De fato, sua discussão sobre o conceito de aculturação estava





Figura 1. Eduardo Galvão ao lado de dois moradores locais, provavelmente em sua primeira expedição ao rio Negro, em 1951. Foto de provável autoria da bibliotecária e esposa de Eduardo, Clara. Fonte: Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Eduardo Galvão e Clara Galvão, Fotografias.



Figura 2. Clara Galvão com duas moradoras e criança do médio rio Negro, em 1951. Foto de provável autoria de Eduardo Galvão. Fonte: Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Eduardo Galvão e Clara Galvão, Fotografias.

bastante influenciada pelo pensamento de Julian Steward, que foi seu professor. Este, por sua vez, fora discípulo de Robert Redfield, Ralph Linton e Melville Herskovitz, os autores que definiram o conceito de aculturação em artigo de 1936 (Redfield et al., 1936). Nos anos 1950, Galvão procurou adaptar de forma crítica as ideias desses autores para a realidade brasileira e, ao mesmo tempo, estabelecer uma agenda de pesquisas sobre povos indígenas e, de certa forma, uma direção aos estudos de etnologia e à própria política indigenista no Brasil (Galvão, 1979 [1957], p. 133).

Nas décadas seguintes, muita tinta foi usada em críticas aos conceitos de aculturação ou mudança cultural, com argumentos de que estavam baseadas em visão simplista e linear do processo de contato entre culturas; de que seria uma forma de justificar dominações coloniais sobre os povos nativos, pressupondo a dominância de uma cultura sobre outra; e também de que uma abordagem linear dos processos de contato anularia possibilidades de transformações mútuas e criativas de novas culturas. Além dessas críticas justificáveis, poderíamos acrescentar que, no contexto dos anos 1950/1960, os pressupostos teóricos da aculturação 'amarravam' as observações feitas em campo

pelos antropólogos, especialmente quando as interpretações escapavam das 'caixinhas' conceituais pré-estabelecidas, o que também era válido para outras abordagens teóricas contemporâneas de Galvão.

Dessa forma, tanto sua obra quanto a dos demais intelectuais daquela época devem ser inseridas num contexto intelectual mais amplo, que é fruto de seu tempo. Escapando de anacronismos, o que vemos nas publicações de Galvão sobre o rio Negro são análises que, mesmo presas àquelas amarras conceituais, indicam alguns escapes sutis a esses enlaces. Como ele mesmo afirma, ao final de seu artigo de 1962,

Não obstante a aparente semelhança dessa situação do rio Negro com outras, a exemplo da descrita por Redfield (1948) para Yucatan México – a de um polo urbano e outro indígena ligados por uma única via de comunicação, neste caso o rio – fatores históricos e culturais intervieram no processo aculturativo, emprestando-lhe característica diversa [ênfases adicionadas] (Galvão, 1979 [1962], pp. 269-270).

Quando fez um balanço dos estudos sobre aculturação de grupos indígenas no Brasil até 1953, afirmou que o mais construtivo naquele momento era “discutir o conceito de

aculturação em si mesmo” (Galvão, 1979 [1957], p. 128), a partir da clássica definição de aculturação do “Memorando” de Redfield, Linton e Herskovitz. No mesmo artigo, Galvão defendia que ao etnólogo não satisfaria apenas catalogar os fenômenos de mudança em “categorias de difusão e aculturação”, pois “o fato que realmente interessa é o processo de mudança” (Galvão, 1979 [1957], p. 130). Ao analisar criticamente o tema, o autor afirma que

Nas monografias sobre grupos indígenas os capítulos de aculturação ou de mudança cultural sofrem ainda de certa limitação que advém da falta de conhecimento da cultura cabocla ou da frente pioneira que entra em contato com o índio. As observações, ou a constatação de aculturação, são acentuadas em torno de alguns elementos de cultura material, como ferramentas, roupas, utensílios domésticos e ideias religiosas. Nossa preocupação brasileira maior tem sido a de reconstituir a cultura tradicional. O que não está errado, pois essa reconstrução histórica é essencial para se compreender o mecanismo das mudanças que tiveram lugar, mas que de certo modo nos tem tolhido, ou pelo menos, não facilitado a visão de problemas mais dinâmicos. O objetivo da antropologia, afinal de contas, não é apenas descrever as culturas como se encontram no momento, mas o de tentar alcançar a dinâmica e o funcionamento de transmissão e de mudança cultural. Em outros termos, buscamos generalizações sobre o fenômeno cultural, não apenas a etnografia das tribos do Brasil [ênfase adicionada] (Galvão, 1979 [1957], pp. 130-131).

Para Galvão, a ideia de aculturação – quase como um sinônimo de mudança cultural – seria ajustada como um processo dinâmico, diacrônico e complexo, buscando uma apreciação ampla e globalizante dessa mudança, o que implicava o fato de o antropólogo, nas observações de campo, precisar fazer uso de uma ‘lente grande angular’, inserindo no seu enquadramento de análise todos os fenômenos sociais relacionados entre si, tanto dos povos indígenas como dos demais grupos ou agentes institucionais do seu entorno, todos articulados ao mesmo processo de passagem de uma condição indígena a outra, a cabocla. De forma bem resumida, este era o axioma teórico que movia as opiniões de Galvão no momento de realização de suas duas viagens de campo ao rio Negro no início da década de 1950.

Não foi à toa que seu primeiro artigo sobre o noroeste amazônico recebeu o título de “Mudança

cultural na região do rio Negro” (Galvão, 1979 [1954]), seguido de uma análise mais profunda no texto “Aculturação indígena no rio Negro” (Galvão, 1959), e fechando aquele ciclo com o artigo “Encontro de sociedades tribal e Nacional no rio Negro” (Galvão, 1979 [1962]). Os títulos dos três textos, iniciados respectivamente por ‘mudança cultural’, ‘aculturação’ e ‘encontro de sociedades’, já expressam muito bem que esses conceitos davam o contorno do amadurecimento de sua análise da sociedade plural, indígena e não indígena, que encontrou no território do rio Negro. Esse desenvolvimento, entretanto, retomando o raciocínio anterior, parece revelar uma tentativa de Galvão de romper algumas amarras teóricas determinísticas daquilo que D. Ribeiro (1979, p. 14) chamou de “duplo trânsito” do indígena “autêntico” destinado implacavelmente à condição de “tapuia acaboclado”. Ao se referir, por exemplo, aos descimentos forçados de indígenas para os seringais do médio rio Negro, assim se expressa Galvão:

O índio, recentemente “descido” ou já de segunda geração e fixado nos sítios e seringais, não atua como elemento simplesmente passivo que, engajado na economia local e tendo abandonado a sociedade tribal, substitui seus elementos culturais pelos do caboclo com que está em convívio. Pelo contrário, atua sobre a cultura do caboclo, reavivando nela os elementos indígenas herdados na geração passada [ênfases adicionadas] (Galvão, 1979 [1954], p. 123).

Esta oposição à ideia de sujeição passiva e de ‘aculturação’ como uma assimilação inescapável dos indígenas nos parece presente, de forma perspicaz, em vários momentos da obra publicada de Galvão sobre o rio Negro. Isto se torna mais evidente ao lermos os seus diários de campo, nos quais temos a grata surpresa de não encontrar, por parte do antropólogo, ‘policiamentos’ teóricos rígidos ao descrever os fatos da vida social rionegrina. Dessa forma, uma leitura contemporânea da obra de Eduardo Galvão sobre o rio Negro, além de considerar seus pressupostos teóricos, deve necessariamente levar em conta o conjunto somado dos artigos publicados, dos diários de campo e das

fotografias, inclusive pelo importante caráter testemunhal desses documentos.

Ao adentrar o território do rio Negro em 1951 e 1954, Eduardo Galvão estava atento aos vários aspectos da vida social e econômica da região. Como registrado acima, o seu interesse etnográfico era abrangente, pois buscava especialmente demonstrar e explicar o *continuum* sociocultural entre os povos indígenas 'tribalizados', que viviam nos altos cursos dos rios, como os Baniwa, do rio Içana, e os 'civilizados', muitos já descendentes de segunda ou terceira geração de adventícios 'brancos' casados com mulheres indígenas, que se estabeleciam em cidades como Barcelos ou São Gabriel da Cachoeira. Galvão identificava também uma população 'cabocla', diversificada e vivendo na sua maioria em comunidades no médio rio Negro. Toda essa abrangência de interesses aparece na documentação aqui selecionada em torno do tema do aviamento.

O FUNDO EDUARDO GALVÃO E CLARA GALVÃO NO MPEG

Muito pouco desse acervo documental foi publicado até hoje, para além das fotos que ilustraram o artigo "Aculturação indígena no rio Negro" (Galvão, 1959). Houve a divulgação de dois mitos no livro "Encontro de Antropologia: homenagem a Eduardo Galvão", juntamente com nove fotografias (Magalhães et al., 2011, pp. 139-141, pp. 156-160). Um dos mitos é sobre o demiurgo baniwa 'Inapirikuli' e o outro, sobre a 'origem do fumo', registrados em diário de 1954. Vinte anos antes, Adélia Engrácia de Oliveira publicou uma parte do primeiro diário de Galvão, precisamente o trecho entre 13 de setembro e 3 de outubro de 1951, quando ele e sua esposa, vindos do Rio de Janeiro, se encontravam em Manaus, preparando a subida de barco pelo rio Negro (Oliveira, 1991, pp. 117-135). Com será visto mais adiante, a transcrição da parte final deste diário consta deste memorial.

Após a morte de Galvão, o seu acervo documental pessoal, que também incluía os documentos de outras regiões onde realizou pesquisas, ficou sob a guarda de Clara Galvão, que decidiu fazer a transcrição dos diários e

publicá-los. A parte relativa ao Xingu, aos Tenetehara e aos Kaioá foi publicada na íntegra sob a organização do antropólogo Gonçalves (1996). Na introdução que fez a esta publicação, há um comentário sobre os diários do rio Negro:

. . . tendo o privilégio de privar de sua amizade e de sua confiança, em 1983, D. Clara pediu que iniciasse, sob sua supervisão, o trabalho de transcrição dos Diários do Rio Negro. Este fato ocorreu porque, recebendo um pedido de Adélia Engrácia de Oliveira, ex-aluna de Galvão, para que lhe enviasse os diários do rio Negro (Galvão os havia doado, ainda em vida, a Adélia), gostaria de ficar com uma cópia, mas, como a letra de Galvão era muito complicada de entender, preferiu fazer uma transcrição (Gonçalves, 1996, p. 12).

De fato, o acervo de Eduardo Galvão relativo ao rio Negro, como também os diários de sua esposa Clara, foram encaminhados à Adélia Oliveira, antropóloga e naquele período chefe da Coordenação de Ciências Humanas do MPEG. Amiga e discípula de Eduardo Galvão desde os anos 1960, com quem chegou a realizar uma expedição ao médio rio Negro em 1972, e publicado um artigo em parceria com ele sobre a situação dos Baniwa do Içana em 1971 (Oliveira & Galvão, 1973), Adélia também promoveu a transcrição de parte dos manuscritos, uma tarefa que ficou registrada em documento de sua lavra junto ao Arquivo, datado de junho de 1999:

Os textos anexos seguem para arquivo aí da Biblioteca. Eles foram transcritos por Ivelise Rodrigues, Técnica do Museu Goeldi dos diários do rio Negro de Eduardo Galvão, os quais entreguei a essa Biblioteca, há alguns anos atrás. . . Entretanto, junto com os diários, entreguei a transcrição feita pela esposa de Galvão, Clara Galvão [ênfase adicionada] (Oliveira, 1999, não paginado).

Desde o final do século XX, este acervo foi incorporado ao Arquivo do MPEG, composto pelo conjunto de documentos textuais e fotográficos que constituem o Fundo Eduardo Galvão e Clara Galvão, parte dele transcrito dos originais por Marco Antônio Gonçalves e outra por Ivelise Rodrigues. Ainda há trechos não transcritos, inclusive os diários de Clara Galvão, como também não houve até o momento digitalização e disponibilização *online* do



material. Este fundo está acondicionado em caixas separadas por tipologia, uma parte com os diários e outra com as fotografias. O acesso aos documentos tem sido feito *in loco* por vários pesquisadores, desde que foram disponibilizados à consulta pública³.

O AVIAMENTO NO RIO NEGRO DOS ANOS 1950

Dentre os vários temas que aparecem nos diários de campo e nas fotografias de Eduardo Galvão, um dos que mais se destacam é certamente as anotações sobre o sistema de aviamento e seus aspectos essenciais, como o papel dos regatões, o perfil dos comerciantes e dos seus fregueses, a economia da dívida e as modalidades de produção e trabalho extrativo.

Um aspecto relevante desse modelo socioeconômico é sua forte relação com o extrativismo de produtos da floresta, como a borracha, a balata, a castanha, a piaçaba, entre outros, que marcaram a história econômica e social da região desde o período colonial, e que ganhou relevância política e econômica mundial com a inserção da borracha na cadeia produtiva da segunda revolução industrial, ainda no século XIX.

Em consequência da biogeografia das *heveas*, o noroeste amazônico, com espécies de menor produtividade, foi definido por uma ecologia política específica, por ser região de produção secundária de látex (Meira, 2018, 2020). Este é o cenário mais amplo no qual podem ser inseridos os testemunhos documentais de Galvão sobre o tema, presentes em suas publicações e nos diários de campo e nas fotografias da década de 1950.

Após o longo período hegemônico pela produção e comércio de borracha, quando houve abundância de capitais que circulavam na Amazônia entre 1870 e 1920, teve início um lento processo de declínio econômico nas atividades extrativistas devido à queda do valor da goma elástica. A economia local era sustentada pelos bons preços

da balata, da piaçaba e da castanha, produtos existentes em lugares distintos da bacia do rio Negro. Mas a borracha manteve sua produção e ganhou novamente relevância econômica em função da integração do Brasil às forças aliadas, na segunda guerra mundial. A indústria bélica norte-americana fomentou a retomada dessas atividades na década de 1940, e os seringais do rio Negro não ficaram de fora desse esforço, que se prolongou nos anos do pós-guerra (Figuras 3 e 4).

Alguns seringais que viveram seu auge nas décadas iniciais do século XX ainda permaneciam em funcionamento nos anos 1950 e ganharam algum fôlego nesse período, mobilizando mão de obra local, principalmente indígena. Como escreveria Galvão, em 1962,

Nessa área, o coletor de produto continuou, como no passado (nas expedições de busca de drogas ou no serviço das lavouras e manufaturas), a ser o índio. O processo de seu recrutamento acompanha, em linhas gerais, o dos tempos da colônia, o “descimento” e a compulsão ao trabalho por pressões de várias ordens (Galvão, 1979 [1962], pp. 264-265).



Figura 3. Bolsas de borracha sendo vistoriadas pelo comerciante, diante de seus fregueses, provavelmente no seringal Providência, no médio rio Negro, em 1951. Foto: Eduardo Galvão. Fonte: Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Eduardo Galvão e Clara Galvão, Fotografias.

³ Vale registrar que o acervo da “Coleção Etnográfica”, pertencente à Coordenação de Ciências Humanas do MPEG, não abriga coleções organizadas por Eduardo Galvão no rio Negro. Entretanto, esse antropólogo constituiu, em parceria com Protásio Friel, vastas coleções no alto rio Xingu em 1966 e 1967, relativas aos Juruna (Yudjá), Kalapalo, Kamayurá, Kuikuro, Kayabi, Mehinaku, Suyá, Trumai, Txikão (Ikpeng), Txukaramãe e Yawalapiti. Nesse mesmo período, fez a doação de imponente máscara dos Tikuna.



Figura 4. Registro do processo de defumação do látex para a produção das 'bolas' de borracha, provavelmente no seringal Providência, no médio rio Negro. Note-se o envolvimento de crianças e adolescentes no trabalho. Foto de provável autoria de Eduardo Galvão. Fonte: Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Eduardo Galvão e Clara Galvão, Fotografias.

Certamente essas informações estavam no 'radar' de Eduardo Galvão quando seguiu para o médio rio Negro e escreveu suas anotações de viagem:

Aí soubemos que a viagem havia sido transferida para o dia seguinte, e marcada a viagem para amanhã as 10 da noite segundo Pelegrino, o imediato. Voltamos com tudo para o flutuante, exceto a bagagem de malas. Clara foi ao mesmo tempo informada que o barco sairia as nove da manhã . . . Quarta de manhã para descargo de consciência decidi telefonar para J. G. Sairia mesmo pela manhã . . . J. G. tem fregueses desde Tapeauçuacu⁴ [sic] até St. Izabel. O motor é um verdadeiro motor de regatão, pois além dos aviamentos a pedido, é grande o movimento de compras na expedição, isto é, pedidos feitos na hora, sobre os quais se cobra uma taxa de 20% sobre os preços da casa em Manaus. O serviço da expedição não é tanto lucrativo como uma maneira de arranjar fregueses ou conservá-los quando não dispõem de grande crédito para aviamentos maiores. O sistema de aviamento obedece aos moldes clássicos da Amazônia, a casa aviadora em Manaus fornece a um patrão gêneros e material necessário à exploração dos seringais, castanhais ou da piassaba. A mercadoria é fornecida à crédito, saldando-se o débito com a entrega da produção. O patrão atua como um pequeno aviador, fornecendo a mercadoria a seus fregueses (Galvão, 1951).

Além de revelar os corridos momentos da partida, quando quase perderam a embarcação denominada Madeirinha, o diário informa o perfil da tripulação e as características de um barco de regatão típico, com 'loja' de artigos variados. Evidencia-se também o vínculo do proprietário do barco com a casa de J. G. Araújo, comerciante de Manaus que mantinha sua rede de 'fregueses' ao longo do rio Negro até Santa Izabel, em cujas localidades o barco estacionaria durante todo o percurso (Figura 5).

O relato de Galvão sobre o domínio de J. G. Araújo na região, como também o modo de exploração de borracha no contexto de crise, quando foi criado o Banco da Borracha, pode ser confirmado pelo testemunho do senhor Antônio Teixeira, comerciante de Santa Izabel do Rio Negro, nascido cerca de 1936, e que entre 1952 e 1954 trabalhou na firma de J. G. Araújo, em Manaus. Assim relata Teixeira:

Quando terminou o colégio fui para Manaus trabalhar com o J. G. Araújo, cerca de 1952, quando fiz o meu ginásio. Naquela rua Marechal Deodoro, ali havia várias casas que era o comércio dele, era ferragens, era moda, era máquinas, era drogaria, era tipografia, era o escritório, e eu fiquei no escritório na parte que atendia o interior. Vamos dizer, eles mandavam os pedidos daqui [Santa Izabel, filial] e aí se encaminhava conforme o setor, depois aquelas notas fiscais vinham para nossa carteira para se organizar e fazer a duplicata, que o viajante que vinha [subindo o rio] trazendo essa mercadoria já trazia as notas e a duplicata para o cara assinar. Essas duplicatas depois iam pro Banco da Borracha. Eles usavam pra pegar dinheiro, embora depois eles mesmos tivessem que pagar (Antônio Teixeira, comunicação pessoal, 2018)⁵.

Fica clara a complementariedade entre os testemunhos de Galvão e a memória desse comerciante local que experimentou as práticas do aviamento na mesma época. Não à toa, o aviamento é um dos temas centrais dessas notas de Galvão de 1951 e 1954, sendo descrito de forma clara e objetiva, evidenciando seu conhecimento prévio sobre o fenômeno, que lhe é 'revelado' nos primeiros momentos de sua entrada no rio Negro.

⁴ Provavelmente o nome correto é Tauapeçuçu, localidade próxima a Manaus.

⁵ Entrevista realizada em Santa Izabel do Rio Negro.

O destino da primeira viagem de Galvão era um local do médio rio Negro chamado Providência, como ele próprio identifica em seu diário: "Nossa primeira parada foi em Tapeauaçuçu [sic], seguindo Ayrão, Carvoeiro, Barcelos, Piloto, Boa Vista e finalmente Providência" (Galvão, 1951). Este último local era um velho seringal localizado nas ilhas próximas a embocadura do rio Padauri, registrado trinta anos antes pelo geógrafo Hamilton Rice (Rice & Swanson, 1918). Dessa forma, podemos inferir que as fotografias do acervo relativas à exploração de borracha provavelmente foram obtidas em 1951 no seringal Providência e seus arredores.

Vale o registro de que esta região, como pode ser visto no detalhe do mapa de Rice, de 1918 (Figura 6), situada um pouco a jusante da cidade de Santa Izabel do Rio Negro, concentra parte significativa dos seringais do rio Negro, de seu afluente Padauri e do rio Preto, uma das áreas onde se agrupam os grandes piaçabais. Durante a



Figura 5. Joaquim Gonçalves de Araújo, mais conhecido como J. G. Araújo, proprietário da maior Casa Aviadora de Manaus desde o apogeu da borracha. Fonte: Missões Salesianas do Amazonas (1965, p. 264-265).

década de 1950, a combinação da produção de borracha, nas ilhas do médio rio Negro, com a de piaçaba, nos afluentes, sustentava a economia extrativista do rio Negro, mas, como já dito, não se vivia mais o apogeu da borracha, o que se refletia na decadência dos grandes comerciantes e em uma certa ascensão dos pequenos comerciantes ou regatões, os quais competiam com a ainda forte presença na região da firma J. G. Araújo, a qual mantinha uma imensa rede de aviados ao longo do rio, sobretudo até Santa Izabel do Rio Negro, onde havia uma filial.

No diário de 1954, Galvão deixa explicitado este aspecto da crise, além de haver registrado em algumas fotografias um antigo casarão em ruínas, um evidente reflexo dela (Figura 7). Pelas informações disponíveis sobre os seringais da região das ilhas próximas ao Providência, é provável que este casarão registrado em foto seja umas das casas do comerciante português do apogeu da borracha, Joaquim Gonçalves de Aguiar, uma delas denominada São Tomé e a outra, Vista Alegre (Meira, 2020).

Em 1951, tomado pela vegetação, ele era um espelho daquela conjuntura de decadência econômica do extrativismo da borracha. Assim anotou Galvão:

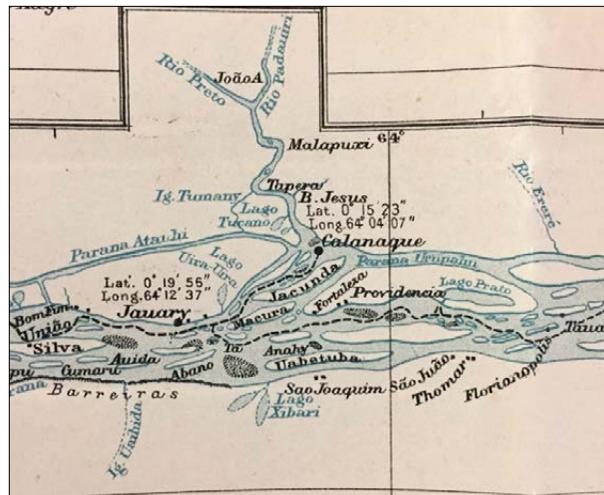


Figura 6. Detalhe de mapa do médio rio Negro feito por Hamilton Rice, em 1918. Note-se as diversas ilhas desse trecho próximo à embocadura do rio Padauri, na margem esquerda do rio Negro. Ao centro, numa ilha grande, vê-se a referência ao seringal Providência, destino de Galvão nos anos 1950. Fonte: Rice e Swanson (1918).

O atual sistema de aviamento tende a crise progressiva. O assunto geral de mercadoria e estabilização do preço da borracha resulta em déficit crescente para o freguês e diminuição de volume de venda para o negociante, já uma vez também comprometido com o crédito em Manaus. E a coisa gira em torno de um círculo vicioso sem fiar não se coloca fregueses, estes vivem em insolvência perene. O patrão é obrigado a arriscar pois em casos como do presente fábriço as contas se acumulam sem ressarcimento. Os únicos ainda a lucrar são os aviadores em Manaus que atuam como intermediários na venda, pelo que recebem comissão, frete, etc. correndo todos os impostos por conta dos produtos, além do lucro no aviamento (Galvão, 1954b).

A montante de Santa Izabel do Rio Negro, na região localizada para além das cachoeiras situadas em São Gabriel, chegando até os territórios da Colômbia e da Venezuela através do alto rio Negro e também do rio Uaupés, o comércio de produtos extrativos era controlado por outros comerciantes, que participavam da rede de aviamento controlada por J. G. Araújo desde Manaus e de sua filial em Santa Izabel (Figuras 8 e 9). O senhor Antônio Teixeira, nosso interlocutor em 2018, conta que voltou de Manaus em 1954 para trabalhar com comércio em Santa Izabel, no mesmo ano da segunda expedição de Galvão, quando este se dirigiu ao rio Içana, no alto rio Negro. Segundo Teixeira, o movimento funcionava da seguinte forma, descrevendo de forma simples o regime de aviamento:



Figura 7. Casarão em ruínas na região do médio rio Negro, provavelmente São Tomé ou Vista Alegre, lembrança dos tempos áureos da borracha, e reflexo da decadência da borracha nos anos 1950. Foto: Eduardo Galvão. Fonte: Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Eduardo Galvão e Clara Galvão, Fotografias.

O barco do JG tinha data marcada para chegar em Santa Izabel, onde ocorriam as trocas com os barcos e comerciantes que vinham do alto rio Negro, inclusive da Colômbia e Venezuela. Estabeleceu a filial para abastecer o comércio, com depósito de mercadorias. Os barcos do alto traziam a produção da floresta: borracha, piaçaba, sorva, ucuquirana, cipó... O comércio era feito com a produção que eles tinham. A borracha e piaçaba eram pesadas e calculadas em dinheiro. Com aquele valor eles tinham o direito de comprar mercadorias. Esses produtos o J. G. levava para Manaus e exportava... Sempre o J. G. adiantava. A pessoa vinha, se abastecia com ele e ficava devendo pra ele, e não tinha prazo, às vezes era trinta dias, às vezes era sessenta e não tinha juros naquela época. E quando vinha o barco levava a produção. Naquela época ia gente pro rio Preto, ia gente pro Téa, ia gente lá pro alto, e quando já tinha produção pra pagar aquele valor eles vinham entregar aqui, traziam o produto. E aí renovava a dívida, recebia mais rancho pra manter o trabalho. E a vida aí era assim (Antônio Teixeira, comunicação pessoal, 2018).



Figura 8. Fregueses encostando suas ubás no 'motor' do regatão/patrão, provavelmente no 'Madeirinha', que transportava Eduardo Galvão e sua esposa Clara, que aparece nesta foto observando a cena, em 1951. Foto de provável autoria de Eduardo Galvão. Fonte: Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Eduardo Galvão e Clara Galvão, Fotografias.

Dentre os comerciantes 'do alto', como eram chamados, o mais importante deles desde pelo menos 1920 se chamava Graciliano Gonçalves, um dos proprietários da firma Gonçalves & Irmãos Ltda. (Figura 10). A família Gonçalves havia nascido no Maranhão, na cidade de Vitória do Mearim. Segundo Alves (2007, pp. 117-118), o primeiro da família a vir para o rio Negro foi Raimundo Lopes Gonçalves, que no início do século XX teria chamado os primos Rodolpho Lopes Gonçalves e seu irmão Graciliano Lopes Gonçalves para virem se estabelecer na região. Graciliano se dedicou exclusivamente ao comércio, passando a controlar a maior parte do transporte fluvial de passageiros e mercadorias entre Santa Izabel, São Gabriel da Cachoeira, Cucuí e até a cachoeira de Ipanoré, no rio Uaupés. Foi

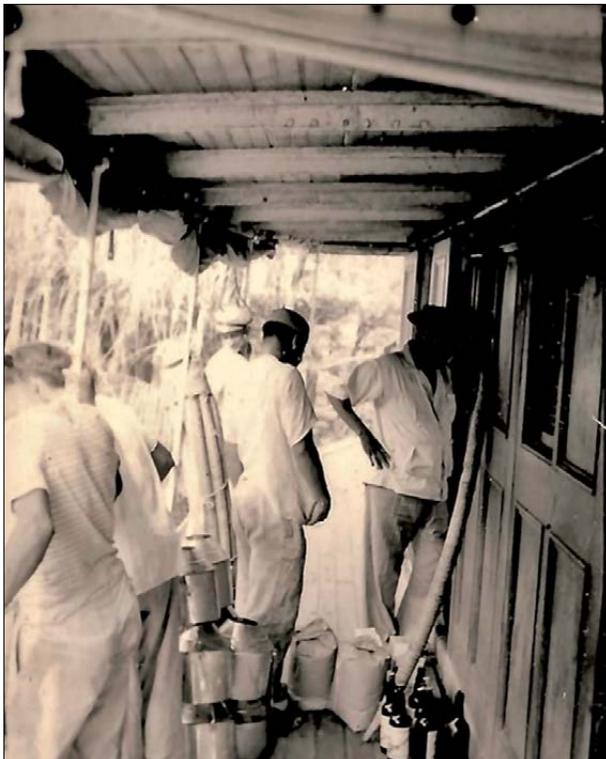


Figura 9. Registro de patrão e fregueses negociando mercadorias a crédito no interior de embarcação, provavelmente o 'Madeirinha', que transportava Galvão desde Manaus até o médio rio Negro, em 1951. Foto de provável autoria de Eduardo Galvão. Fonte: Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Eduardo Galvão e Clara Galvão, Fotografias.

um importante interlocutor e apoiador dos salesianos que se implantavam na região no mesmo período.

Em 1954, Eduardo Galvão encontrou-se com Graciliano Gonçalves e fez uma excelente descrição deste personagem, dando-lhe o nome fictício de 'Garcia', e a seu irmão o de 'Adolfo' (Figura 11). Recebeu dele também informações sobre a extração de borracha e piaçaba, também registradas em seu diário. Tal descrição é muito valiosa para se compreender parte das relações sociais do aviamento no alto rio Negro nesse período de declínio do extrativismo, ressaltando, também, a resiliência da rede de aviadores e aviados que persistia após a queda abrupta dos preços da borracha em 1912. Isto se dava, em grande medida pelas demandas de balata, nos anos 1920, e de borracha, depois, decorrentes da guerra e do pós-guerra.

Galvão deixa evidenciada a presença ativa na cadeia hierárquica do aviamento, tanto de J. G. Araújo quanto de Gonçalves & Irmãos, além de outros mercadores regatões de menor porte, concorrentes dos grandes, e muitos dos quais eram indígenas (Figura 12). Todos esses aspectos estão contidos nas brilhantes descrições de Galvão, como podemos ver nesse pequeno trecho abaixo:



Figura 10. Eduardo Galvão provavelmente ladeado pelo comerciante Graciliano Gonçalves, em 1954. Foto de provável autoria de Clara Galvão. Fonte: Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Eduardo Galvão e Clara Galvão, Fotografias.

Garcia [Graciliano Gonçalves] é o último dos grandes comerciantes do rio Negro. Veio em outubro de 1910, do interior do Maranhão (Vitória). Seu irmão Adolfo [Rodolpho] já estava estabelecido com uma pequena taberna em S. Gabriel. Trouxe sapatos, redes e veio dizer da indústria maranhense. Planejava ficar dois anos trabalhando com o irmão e voltar ao Maranhão para o comércio. Nesse tempo só se fazia um grande embarque de borracha, em maio. Ele e o irmão compraram quanto puderam. Dava 18 e picos. A borracha chegou em Manaus e não havia praça. Ficaram arrebatados. Depois de quase um ano JG exportou a 4,00 p/k deduzindo ainda o transporte e armazenagem. Tiveram que recomeçar. . . Com o tempo as coisas melhoraram, especialmente o tráfico de mercadorias da Venezuela e Colômbia que competiam provavelmente com os artigos nacionais. Mas as viagens eram custosas, S. Gabriel-Barra levava 3 meses e em Camanaus (cachoeira) os batelões tinham que ser arrastados, serviços feitos pelas mulheres índias. Foi Juiz de Paz e liderou a sociedade local, acompanhando o irmão que foi prefeito várias vezes (Galvão, 1954a).

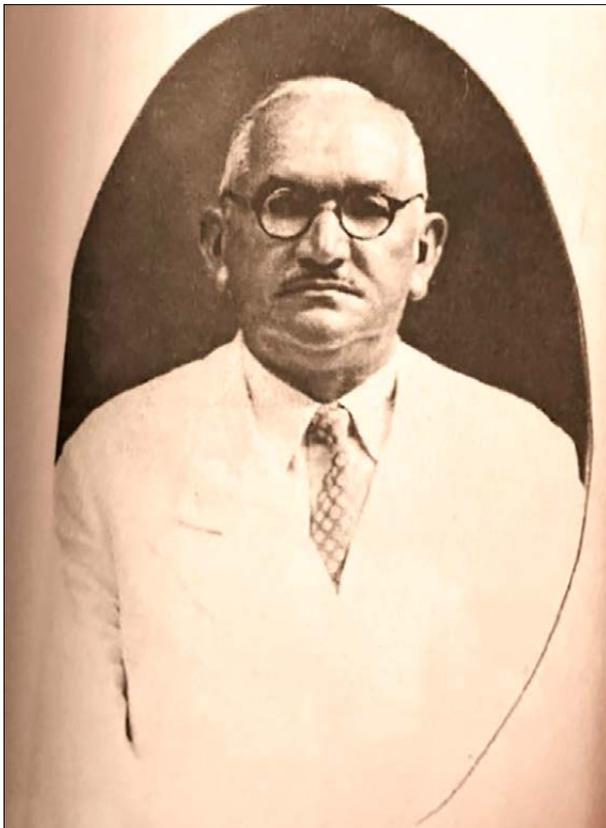


Figura 11. Graciliano Gonçalves, comerciante de São Gabriel da Cachoeira, descrito por Eduardo Galvão com o nome fictício de 'Garcia'. Fonte: Alves (2007).

Em 1962, quando Galvão escreveu sobre o efeito da economia da borracha na região do rio Negro, tratou dos grupos que migraram para a região, tanto brasileiros quanto estrangeiros, e ao dar muita ênfase aos nordestinos, especialmente maranhenses, certamente estava se inspirando na figura de Graciliano Gonçalves, ao definir um aspecto sociológico específico desses migrantes na região:

No rio Negro, o elemento forasteiro de maior relevância provinha do Maranhão. Aí instalou-se, menos como mão de obra primária (como os nordestinos que ocuparam o Madeira e os "altos rios"), e mais como classe gerenciadora distribuída entre os vários serviços de capatazia, faturamento e direção dos seringais (Galvão, 1979 [1962], p. 264).

Sugere-se, finalmente, a leitura da totalidade dos fragmentos dos diários transcritos neste memorial, com a convicção de que o nosso antropólogo estava deliberadamente interessado em observar as atividades extrativistas e os seringais dessa região como um aspecto relevante para a compreensão do conjunto da vida social naquele território e, especialmente, das complexidades do sistema de aviamento que vigorava na região e que permaneceria vivo até os dias de hoje.



Figura 12. Crianças curiosas com a chegada de um barco de regatão. Foto de provável autoria de Eduardo Galvão. Fonte: Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Eduardo Galvão e Clara Galvão, Fotografias.



APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS: EXCERTOS DOS DIÁRIOS DE GALVÃO RELATIVOS AO SISTEMA DE AVIAMENTO

Documento 1 (Figura 13)⁶

D.V. 29

Quarta 3 [de outubro]

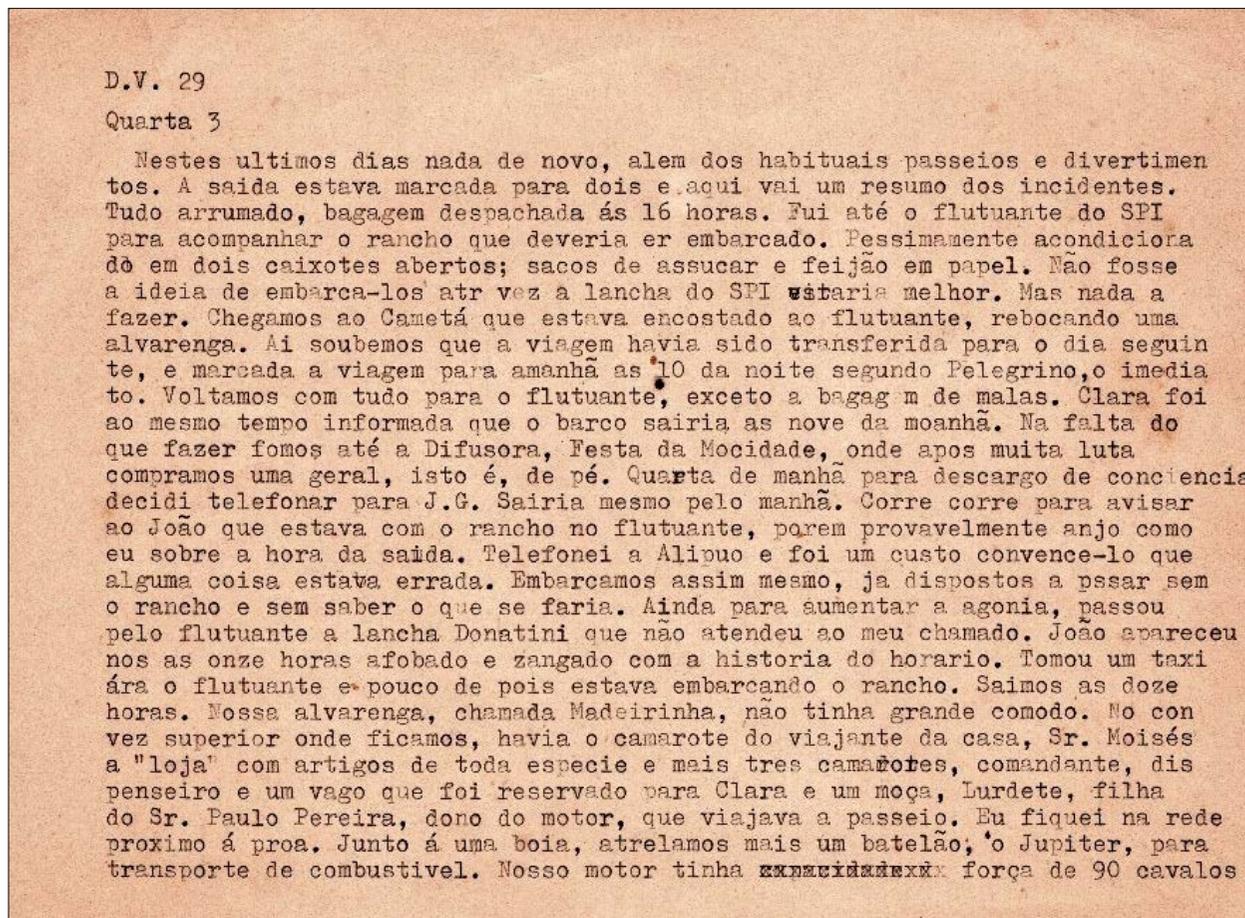
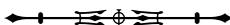


Figura 13. Reprodução de uma das fichas com a transcrição do diário de campo de 1951. Fonte: Galvão (1951).

⁶ Documento disponível em Galvão (1951). A transcrição foi feita sem a localização da respectiva caderneta. A seguir, pode-se ler o texto completo desse trecho do diário de campo, com informações preciosas da viagem entre Manaus e o seringal Providência, em que Galvão faz referência ao comerciante J. G. Araújo e ao seu papel de fornecedor do Regatão, testemunhando durante a viagem as práticas de comércio por dívida e os produtos extrativos, como a piaçava, a castanha e a borracha, assunto comentado na apresentação deste memorial. Os diários de Eduardo Galvão estão depositados no Arquivo Guilherme de La Penha, do MPEG, no Fundo Eduardo Galvão e Clara Galvão.



Nestes últimos dias nada de novo, além dos habituais passeios e divertimentos. A saída estava marcada para dois e aqui vai um resumo dos incidentes. Tudo arrumado, bagagem despachada às 16 horas. Fui até o flutuante do SPI para acompanhar o rancho que deveria ser embarcado. Pessimamente acondicionado em dois caixotes abertos; sacos de açúcar e feijão em papel. Não fosse a ideia de embarcá-los através da lancha do SPI estaria melhor. Mas nada a fazer. Chegamos ao Cameté que estava encostado ao flutuante, rebocando uma alvarenga. Aí soubemos que a viagem havia sido transferida para o dia seguinte, e marcada a viagem para amanhã às 10 da noite segundo Pelegrino, o imediato. Voltamos com tudo para o flutuante, exceto a bagagem de malas. Clara foi ao mesmo tempo informada que o barco sairia às nove da manhã. Na falta do que fazer fomos até a Difusora, Festa da Mocidade, onde após muita luta compramos uma geral, isto é, de pé. Quarta de manhã para descargo de consciência decidi telefonar para J. G. Sairia mesmo pela manhã. Corre corre para avisar ao João que estava com o rancho no flutuante, porém provavelmente anjo como eu sobre a hora da saída. Telefonei a Alípio e foi um custo convencê-lo que alguma coisa estava errada. Embarcamos assim mesmo, já dispostos a passar sem o rancho e sem saber o que se faria. Ainda para aumentar a agonia, passou pelo flutuante a lancha Donatini que não atendeu ao meu chamado. João apareceu-nos às onze horas afobado e zangado com a história do horário. Tomou um taxi para o flutuante e pouco depois estava embarcando o rancho. Saímos às doze horas. Nossa alvarenga, chamada Madeirinha, não tinha grande conforto. No convés superior onde ficamos, havia o camarote do viajante da casa, Sr. Moisés, a “loja” com artigos de toda espécie e mais três camarotes, comandante, dispenseiro e um vago que foi reservado para Clara e uma moça, Lurdete, filha do Sr. Paulo Pereira, dono do motor, que viajava a passeio. Eu fiquei na rede próximo à proa. Junto a uma boia, atrelamos mais um batelão, o Júpiter, para transporte de combustível. Nosso motor tinha força de 90 cavalos.

D.V. 30

Quarta 3 – terça 9 [de outubro]

Manaus – Providência

A viagem a bordo do Madeirinha decorreu muito boa, embora demorada pelas paradas frequentes. Gozamos de relativo conforto e já ao jantar do primeiro dia estávamos à vontade, especialmente com Carvalho, o caixeiro da embarcação. Nossa primeira parada foi em Tapeauçu [sic], seguindo Ayrão, Carvoeiro, Barcelos, Piloto, Boa Vista e finalmente Providência. Além destas aportamos a muitos barracões e em alguns lugares ficamos ao largo a espera das canoas que vinham de terra. Apenas dois lugares têm a população aglomerada em um povoado, Carvoeiro e Barcelos, que é aliás a sede do município. Os restantes mesmo aqueles como Ayrão, que no passado foram vilas importantes, estão hoje reduzidos a uns poucos habitantes, assim mesmo, espalhados pela barranca do rio ou sediados nas ilhas. A borracha, piassaba e castanha são os produtos explorados. Com o início do verão os moradores ainda se espalham mais para dedicar-se à coleta da borracha, mais abundante nas ilhas.

J. G. tem fregueses desde Tapeauçu [sic] até St. Izabel. O motor é um verdadeiro motor de regatão, pois além dos aviamentos a pedido, é grande o movimento de compras na expedição, isto é, pedidos feitos na hora, sobre os quais se cobra uma taxa de 20% sobre os preços da casa em Manaus. O serviço da expedição não é tanto lucrativo como uma maneira de arranjar fregueses ou conservá-los quando não dispõem de grande crédito para aviamentos maiores. O sistema de aviamento obedece aos moldes clássicos da Amazônia, a casa aviadora em Manaus fornece a um patrão gêneros e material necessário à exploração dos seringais, castanhais ou da piassaba. A mercadoria é fornecida à crédito, saldando-se o débito com a entrega da produção. O patrão atua como um pequeno aviador, fornecendo a mercadoria a seus fregueses



D.V. 31

é [sic], pelo menos, em teoria, ressarcido gradualmente com entrega do “produto”. Um aviamento desse tipo orça entre um mil e dois mil cruzeiros. J. G. possui grande número de pequenos fregueses aos quais avia na expedição. Na realidade desapareceram os grandes patrões, substituídos que foram pelo próprio J. G. ou arruinados pela oscilação de preços da borracha ou a irregularidade da safra. Exceto por Airão e Piloto, não observamos um único grande barracão de seringalista. É elevado, porém, o número de barracas que abrigam uma ou duas famílias e compram na expedição do J. G. A alguns deles a casa entrega um seringal em concessão. Nestes casos, o freguês está obrigado a entregar toda a produção à casa, caso contrário é expulso do seringal. Contudo é extremamente difícil o desvio do produto, seja por força das circunstâncias, demora do motor, como observamos em um caso, em que os fregueses justificaram-se alegando que não podiam passar fome a espera do motor que tardava, ou porque os regatões oferecem algumas vezes preços mais vantajosos.

As casas aviadoras atuam como financiadores e intermediários. O produto é embarcado, correndo o frete, estiva, impostos de venda e exploração de terras, comissões etc. por conta do freguês, o que onera o produto em mais ou menos 30%, além da quebra entre 10 e 20% resultante da classificação da qualidade do produto.

Os fregueses que possuem seringais têm relativa liberdade de comerciar, mas apegam-se mais a uma casa, ou a ela ficam obrigados por débitos a saldar. Os regatões recolhem apenas as sobras, ou então buscam os paranás e igarapés onde o motor não passa.

D.V. 32

A ocasião da chegada do motor é uma folga. O pessoal sobe a bordo, faz os pedidos e demora-se a conversar e indagar das novidades. Alguns arranjam um jornal e muitos compram revistas ilustradas como o *Cruzeiro*, *Vida Doméstica*, *Careta*, *Noite Ilustrada* e até mesmo o *Riso*. As mulheres não sobem à bordo, ficam na barranca. Nos admiramos da saída de certos produtos, especialmente do Leite de Rosas que é aparentemente o perfume preferido. Há grande procura de Leite condensado, Nescau e carne em conserva. Carne de gado não existe. Nosso motor já saiu de Manaus com uma vaca para rancho e em Airão foram adquiridas duas novilhas. De Airão para diante só encontramos umas poucas cabeças em Barcelos, e daí em Tomar. Pirarucu seco é o recurso. Na expressão de um companheiro de viagem, um velho maranhense, é o boi do Amazonas. Entretanto sua carne não é bem reputada, sendo tida como “remosa” – “abre ferida em todo o corpo”. Dois dias a bordo passamos a osso e pirarucu, e até que bem preparado, o que não impediu o motorista de reclamar “que esse motor é muito desorganizado, só dão pirarucu, isso é comida de preto”.

J. G. não viaja à noite. Entre 10 e 11 horas para no primeiro porto ou barranca. O prático é o velho Tito que já tem para mais de 30 anos, diz que agora tem medo, já está muito velho e fica nervoso, já chega até a esquecer o canal. O motor João e a chata da Snapp viajam noite e dia, esta última faz a viagem mais rápida pois vai direto a Carvoeiro e daí a Barcelos e Tapuruquara. Para apenas nos portos de lenha.



Documento 2 (Figura 14)⁷

GARCIA⁸

É o último dos grandes comerciantes do Rio Negro. Veio em outubro de 1910, do interior do Maranhão (Vitória)⁹. Seu irmão Adolfo¹⁰ já estava estabelecido com uma pequena taberna em S. Gabriel. Trouxe sapatos, redes e veio dizer da indústria maranhense. Planejava ficar dois anos trabalhando com o irmão e voltar ao Maranhão para o comércio. Nesse tempo só se fazia um grande embarque de borracha, em Maio. Ele e o irmão compraram quanto puderam. Dava 18 e picos. A borracha chegou em Manaus e não havia praça. Ficaram arrebatados. Depois de quase um ano JG exportou a 4,00 p/k deduzindo ainda o transporte e armazenagem. Tiveram que recomeçar. A balata ainda dava preço e Garcia passou longas temporadas levando ou acompanhando turmas até ao território Venezuelano. Numa dessas vezes, quando passou do Demeni para o Iá, com 40 homens, quase ficou. Havia chegado ao fim do varadouro quando os homens resolveram voltar, o que fizeram durante a noite levando as canoas e o rancho. Ficou com apenas 4 empregados e uma ubá. Mas saíram-se bem voltando a São Gabriel. Com o tempo as coisas melhoraram, especialmente o tráfico de mercadorias da Venezuela e Colômbia que competiam provavelmente com os artigos nacionais. Mas as viagens eram custosas, S. Gabriel-Barra levava 3 meses e em Camanaus (cachoeira) os batelões tinham que ser arrastados, serviços feitos pelas mulheres índias. Foi Juiz de Paz e liderou a sociedade local, acompanhando o irmão que foi prefeito várias vezes.

Mandou os filhos para o Colégio D. Bosco em Manaus conseguindo dar educação secundária a todos e formar dois. Das duas filhas, uma, aluna de missão, foi ser freira salesiana. A outra casou com um prático de dentista.

Foi dos que mais ajudaram a construção da missão. Está sentido porque hoje já não o tratam com a mesma preferência. Já não precisam mais dos serviços e nem café oferecem quando visita. Dos seus filhos conta que os mandou para o Colégio, vestidinhos direito de chapéu de palhinha e sapatos. Isso servia de exemplo e estímulo aos outros que só andavam descalços. Os filhos voltaram sem o chapéu. O padre havia mandado tirar e guardar. No outro dia foram os sapatos. Dormiu e foi falar com os padres. Estes explicaram que assim tinham feito para não humilhar os outros que não tinham chapéu e sapatos. Não concordou porque contrariava justamente seus objetivos de educar os mesmos a andarem direito. Afinal ficaram com os sapatos. O fato ainda hoje se repete. A maioria dos meninos e meninas andam descalços e tomam café em latas de leite condensado. Com tanta submissão não custava ao menos botar alça nas latas. Mas o regime é de austeridade e pouca ou nenhuma preocupação em modificar estes hábitos que os referentes à vida espiritual. A missão teve um grande papel quando Honório, passados os primeiros 10 anos se anquilosou a tornar-se um objetivo em si mesmo fazer crescer a Missão pela Missão. Dos alunos, a educação tornou-se secundária e apenas justificam as subvenções. Garcia acha que os índios educados na Missão se transformam em malandros e desajustados. Logo ganham consciência que aparentando seguir cumprindo deveres religiosos preencheram o objetivo máximo da vida não se sentem estimulados para o trabalho duro e consideram degradante.

⁷ Documento disponível em Galvão (1954a). Transcrição datilografada em folha A4. Pode-se ler a seguir a íntegra deste fragmento dos diários de Galvão, no qual ele faz uma descrição detalhada do comerciante denominado pelo antropólogo com o apelido fictício de 'Garcia', e que revelamos neste memorial se tratar de Graciliano Gonçalves, maior comerciante de São Gabriel da Cachoeira nos anos 1950.

⁸ Nome fictício dado por Galvão ao comerciante Graciliano Gonçalves.

⁹ Trata-se de Vitória do rio Mearim, no Maranhão, cidade de origem dos irmãos Gonçalves.

¹⁰ Nome fictício dado por Galvão ao irmão de Graciliano Gonçalves, Rodolpho Petronilho Lopes Gonçalves, que foi prefeito de São Gabriel da Cachoeira por duas vezes, em 1917-1920 e em 1931-1935 (Alves, 2007, pp. 117-118).



Cardenaro III - 17
fl. 23

LOCAL : Rio Negro
INF. :
COLETOR : Eduardo Galvão
DATA : 1954

GARCIA

É o último dos grandes comerciantes do Rio Negro. Veio em outubro de 1910, do interior do Maranhão (Vitória). Seu irmão Adolfo já estava estabelecido com uma pequena taberna em S. Gabriel. Trouxe sapatos, redes e veio dizer da indústria maranhense. Planejava ficar dois anos trabalhando com o irmão e voltar ao Maranhão para o comércio. Nesse tempo só se fazia um grande embarque de borracha, em Maio. Ele e o irmão compraram quanto puderam. Dava 18 e picos. A borracha chegou em Manaus e não havia praça. Ficaram arrebatados. Depois de quase um ano JG exportou a 4,00 p/k deduzindo ainda o transporte e a armazenagem. Tiveram que recomeçar. A balata ainda dava preço e Garcia passou longas temporadas levando ou acompanhando turmas até ao território Venezuelano. Numa dessas vezes, quando passou do Demeni para o Iá, com 40 homens, quase ficou. Havia chegado ao fim do varadouro quando os homens resolveram voltar, o que fizeram durante a noite levando as canoas e o rancho. Ficou com apenas 4 empregados e uma ubá. Mas saiu-se bem voltando a São Gabriel. Com o tempo as coisas melhoraram, especialmente o tráfico de mercadorias da Venezuela e Colombia que competiam provavelmente com os artigos nacionais. Mas as viagens eram custosas. S. Gabriel-Barra levava 3 meses e em Camanaus (cachoeira) os batelões tinham que ser arrastados, serviços feitos pelas mulheres indianas. Foi Juiz de Paz e liderou a sociedade local, acompanhando o ir-

Figura 14. Reprodução de transcrição de parte do diário de 1954. Fonte: Galvão (1954).



Vem uma explicação lateral é que os maiores interessados pelo regime de aulas e do trabalho perdem a infância, período de maior liberdade na vida tribal. Tornam-se também hipócritas aprendendo a dissimular. O fato é que os padres retêm sobre os adultos considerável autoridade moral e secular, o que as vezes entra em conflito com a dos patrões.

Garcia, embora agitado por temperamento, deve ser tímido, pois jamais se ofereceu como candidato a cargo público máximo, o de prefeito ou ser chefe de partido. Deixava isso para o irmão e agora para o filho, agindo na sombra.

Toma como padrão de trabalho a sua atividade, 6,30 na loja, 18 hs jantar, dormir às 20 ou 20:30 hs. À bordo começa o movimento às 4 da manhã. A noite foi feita para dormir, mas o dia para trabalhar. Mostra por exemplo um roçado e dana-se contra o homem. Com ele se pegava no trabalho às 5 da manhã para largar às 10, retomava às 11 e ir até o sol cair. Seu modo de ver as coisas é prejudicado por isso. São todos vagabundos que só querem comer e nada de trabalhar. Agora mesmo, anunciou a sua equipagem um aumento geral de salário condicionado ao aumento do sobrepreço da borracha (anunciado já há meses e ainda não efetuado). Quem ganhava 1.000,00 agora já compra 1.500,00 por conta do aumento que recebeu. Esquece que as mercadorias têm aumentado cem por cento. Mas tem razão numa coisa. Os tripulantes trazem, relógio de bolso, correntes, anéis e cinturões caros encomendados pelo reembolso. Fumam do tabaco de molho, mas é só oferecer cigarro feito, mesmo a dez cruzeiros o pacote e logo compram. O que não cuidam muito é da vestimenta, uma camiseta, calça de brim e chinelo é o bastante. Garcia faz questão de envergar aos domingos paletó e gravata para dar exemplo. Todo seu esforço é no sentido de "civilizar essa gente". E Garcia tem condição para isso, embora seja do interior maranhense e tenha passado toda a vida no Rio Negro. Gosta de ler e é um tipo inteiramente diferente dos coronéis de barranco.

Podemos sentir bem o contraste entre ele e ZM. Este é o dono de um local próximo, e atualmente o comerciante forte da zona entre Barcelos e Tapuruquara. Esteve alguns anos em Portugal onde frequentou o Colégio de Humanidade. Está bem informado, lê revistas do Rio, possui rádio e sabe receber, mas a modo do interior. Formal e difícil de intimidade, embora hospitaleiro. Está satisfeito com a sua posição, tendo atingido o máximo agora. Seus dois filhos mais velhos não receberam outra instrução que a da missão. O mais velho dirige o seringal do Jauari, percebendo 1.000,00 mensais, o mais moço, o ajuda na filial, recebendo 500,00. Tem ainda dois muito pequenos, alunos da missão em Barcelos. Em Manaus prefere hospedar-se na Santa Casa, que é "sócio". Daí não irá adiante, e sente-se o seu orgulho pela posição que desfruta. Já o velho Garcia é um tipo aberto, simples e provocativo. Mais sofisticado. Representa um comerciante urbano e não o coronel, embora participe das mesmas atitudes paternalistas. Enquanto ZM identificou-se com meio rural e somente agora se transferiu para Tapuruquara, Garcia vive a cidade de Waupés. Está satisfeito como Prefeito porque faz mais edificações e tem conservado as ruas. Mantem uma fonte cercada, coberta, com o madeirame pintado de branco. Quando fala em decadência seu ponto de referência são as antigas firmas que desapareceram e que a seu tempo eram núcleos do povoamento e do progresso. Lembra-se de S. José, Morão e Camanaus, hoje taperas. Waupés também caiu, na sua relação de gente de linha, inclui fora sua família, apenas o Prefeito, Juiz e Promotor. Reconhece na queda da borracha o fator dominante para se (sic) debacle. Apenas não externa ou não se apercebe de um outro e que acontecera com ele mesmo. Os portugueses e maranhenses que foram capazes de educar os filhos em Manaus, perderam com a morte os sucessores no comando, porque os jovens preferiram se fixar em Manaus ou outros centros e dividir os espólios. Dos não educados mas de famílias numerosas, também o espólio dividido impedindo a continuação dessas casas



em grande escala, fragmentando-se o capital e faltando pela própria educação, domínio e controle exclusivo pelo fator família e os negócios, iniciativa aos jovens; também marcados pelas constantes crises.

Dos 6 (seis) filhos de Garcia, apenas um está integrado ao comércio e continuará com a firma, porém com o capital reduzido de 1/6. O que o . . . visa carreira política e provavelmente ambicionava um lugar de funcionário público na Capital. Os dois formados não deixarão Manaus e Rio e parecem depender ainda de auxílio financeiro. A filha casada com o dentista também ficará por Manaus onde o marido é líder trabalhista. A outra, freira, continuará sua carreira. Esse será o fim da firma Gil.

Aliás Garcia está desanimado. Com a morte do irmão perdeu o companheiro e um pouco de ilusão de perpetuidade da firma. Como não vê saída para melhor ou maiores realizações, afirma constantemente que vai largar de mão tudo isso e voltar para o Maranhão para gozar o fim da vida com a velha. Mas quem lhe conhece o dinamismo sabe que isso jamais se realizará.

Documento 3¹¹

BORRACHA E PIAÇABA

Até fim de outubro o fábriço não havia começado. Chuvas e o rio cheio. Estradas alagadas. Consumo de farinha e gêneros sem produção. Garcia cuja média mensal é de 3.500 quilos entregou apenas 600. A situação é ruim para fregueses e patrões. Moisés embarcou apenas ucuquirana e alguma piaçaba e cipó titica. Isto em Tapuruquara onde recebeu a primeira carga. Para baixo nada havia a receber exceto alguma piaçaba em Nova Vida (povoado).

Caminhas (regatão) teve a mesma sorte salvando a viagem apenas pelo fato de que todos dão preferência pela regularidade da viagem. A piaçaba também diminuiu em produção pela queda do preço. Está livrando a 2.000 ou 1.500.

Não havia esperança de fábriço, embora houvesse animação dadas as notícias do aumento do sobrepreço e pagamento do sobrepreço sobre as entregas já efetuadas a partir de abril. A partir de meados de novembro não aparecem mais por aqui em princípios de dezembro tem tido chuvas diárias e o rio que baixara 3 (três) metros voltou a encher e está agora paralisado.

Os seringueiros que já haviam preparado as “colocações” abandonaram as estradas e até reiniciarem o trabalho levaram de 1 (uma) semana a 15 dias.

Inuxi, Jurubaxi, Maraviá, Rio Negro e Waupés são os de melhor produção. A borracha do Içana é pouca surgindo apenas 2 (dois) pontos Cubate e Hekuari. Este rio é mais forte em sorva, produto de preço muito instável. Ainda há algum tempo, S- reuniu 10 toneladas para um embarque em Manaus mas não havia preço.

Um outro produto é a ucuquirana (sintética) feita de sorva misturada com tururi na proporção 2/1. A piaçaba é de ocorrência esporádica.

O atual sistema de aviamento tende a crise progressiva. O assunto geral de mercadoria e estabilização do preço da borracha resulta em déficit crescente para o freguês e diminuição de volume de venda para o negociante, já uma vez também comprometido com o crédito em Manaus. E a coisa gira em torno de um círculo vicioso sem fiar não se coloca fregueses, estes vivem em insolvência perene. O patrão é obrigado a arriscar pois em casos como do presente fábriço as contas se acumulam sem ressarcimento.

Os únicos ainda a lucrar são os aviadores em Manaus que atuam como intermediários na venda, pelo que recebem comissão, frete, etc. correndo todos os impostos por conta dos produtos, além do lucro no aviamento.

Na exploração da borracha, o artigo mais gravoso continua a farinha. Deslocados de sua roça ou como acontece muitas vezes sem roça porque ocupados no fábriço da borracha, castanha e piaçaba que se alternam, o seringueiro consome farinha importada do Pará cujo preço no princípio deste ano estava a 200,00 o encapado (30k.) e já agora nesta última remessa a 240,00. A farinha produzida localmente é insuficiente para atender às necessidades. É produto de muita procura oscilando o preço entre 40,00 a 50,00 a lata (12k.) ou seja 100,00 por um paneiro de 30 k.

Não há possibilidade de maior produção porque o agricultor diante de necessidades imediatas de crédito não pode esperar 1 ano pela colheita, preferindo produto como a borracha de pagamento ou crédito mais pronto. Por mais que os comerciantes prefiram não arriscar aviamento sobre uma safra de farinha, tanto porque o produto dá pequena margem de lucro como pelo tempo de financiamento, sujeito ainda a desvio do produto para os pequenos regatões.

¹¹ Documento disponível em Galvão (1954b). Transcrição datilografada em folha A4. Neste excerto dos diários de 1954, Galvão nos traz mais detalhes dos processos de produção e comercialização de borracha e piaçaba, tanto no médio rio Negro quanto no rio Içana.

A borracha somente seria econômica para o produtor se este produzisse a própria farinha. Outra alternativa seria a produção mecanizada com o emprego de pelo menos *caititus* (ralador mecânico) e fornos maiores.

No Içana a farinha continua a depender do *tipiti*, ralador manual e pequenas formas individuais. A unidade de produção é a família simples. Resulta em produção mínima. A maior parte da mandioca é consumida nos beijus e as roças não vão além de 30 paneiros, produzindo um indivíduo uma média de 3 (três) roças.

A ausência de borracha de boa qualidade no Içana a par da produção de farinha e terras altas, boas para roça tem permitido a população Baniwa viver da agricultura a reunir-se em povoados mais ou menos fixos. Assim mesmo o número de pessoas por povoado, raramente vai além da casa dos 50. A agricultura, porém, não lhe permite isenção total do trabalho no Rio Negro seja porque são compelidos a saldar dívidas antigas, seja pela necessidade de comprar carabinas, e fazendas (panos).

Não é porém ocupação preferida, e atualmente com a Missão (salesiana) e a Ajudância (SPI) aumentou o estímulo pela produção de farinha, descendo canoas do Aiari e do Curari faz vender na Ajudância ou na Missão. Dão preferência à Ajudância que tem maior facilidade de adquirir mercadorias em Waupés. A cantina da missão ainda é deficiente.





Fotografia I. Embarcação de pequeno comerciante, também conhecido como regatão, transportando bolas de borracha já defumadas, destinadas ao patrão.



Fotografia II. Amarrados de piaçaba, também chamados de 'piraibas', depositados no terreiro de uma comunidade, provavelmente localizada nas proximidades do rio Padauri, no médio rio Negro, local de grandes piaçabais.



Fotografia III. Registro do processo de defumação do látex para a produção das 'bolas' de borracha, provavelmente no seringal Providência, no médio rio Negro.



Fotografia IV. Registro de defumação do látex, provavelmente no seringal Providência, no médio rio Negro.



Fotografia V. Registro de defumação do látex, provavelmente no seringal Providência, no médio rio Negro.



Fotografia VI. Cenas de vistoria e medição do peso das bolas de borracha em que aparecem os trabalhadores indígenas, fregueses e o patrão, observando e anotando as informações.



Fotografia VII. Registro de defumação do látex, provavelmente no seringal Providência, no médio rio Negro.



Fotografia VIII. Cenas de vistoria e medição do peso das bolas de borracha em que aparecem os trabalhadores indígenas, fregueses e o patrão, observando e anotando as informações.



Fotografia IX. Registro de defumação do látex, provavelmente no seringal Providência, no médio rio Negro.



Fotografia X. Registro de defumação do látex, provavelmente no seringal Providência, no médio rio Negro.



Fotografia XI. Registro de defumação do látex, provavelmente no seringal Providência, no médio rio Negro.



Fotografia XII. Registro de defumação do látex, provavelmente no seringal Providência, no médio rio Negro



Fotografia XIII. Cenas de vistoria e medição do peso das bolas de borracha em que aparecem os trabalhadores indígenas, fregueses e o patrão, observando e anotando as informações.



Fotografia XIV. Crianças curiosas com a chegada de um barco de regatão.



Fotografia XV. Eduardo Galvão sentado e apreciando a vista das cachoeiras, sobre um dos dois canhões da antiga fortaleza de São Gabriel da Cachoeira, que ainda permaneciam no mesmo local onde ela foi assentada no século XVIII. Posteriormente, os canhões foram levados para a sede da atual Brigada do Exército daquela cidade.



Fotografia XVI. Clara Galvão em campo, provavelmente no médio rio Negro, levando ao colo uma criança indígena.



Fotografia XVII. Indígenas puxando uma embarcação para subir uma corredeira em local não identificado.



Fotografia XVIII. Indígenas em uma canoa coberta em porto não identificado.



Fotografia XIX. Imagem do porto da cidade de Santa Isabel do Rio Negro, com embarcações de pequenos comerciantes, ou regatões.

REFERÊNCIAS

- Alves, E. C. (2007). *São Gabriel da Cachoeira: sua saga, sua história*. Kelps.
- Galvão, E. (1951). *Diários de campo* [Datilografado em fichas – D.V. 29-32]. Fundo Eduardo Galvão e Clara Galvão, Arquivo Guilherme de La Penha, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.
- Galvão, E. (1954a). *Diários de campo* [Caderno III-A, Fl. 23; Local: Rio Negro; Informação: não há; Coletor: Eduardo Galvão]. Fundo Eduardo Galvão e Clara Galvão, Arquivo Guilherme de La Penha, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.
- Galvão, E. (1954b). *Diários de campo* [Caderno III-A, Fl. 52; Local: Rio Negro; Informação: não há; Coletor: Eduardo Galvão]. Fundo Eduardo Galvão e Clara Galvão, Arquivo Guilherme de La Penha, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.
- Galvão, E. (1955). *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. Editora Nacional. <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/56>
- Galvão, E. (1959). Aculturação indígena no rio Negro. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia*, (7), 1-64. http://editora.museu-goeldi.br/bh/artigos/serie/serie_historica/1957-1964/Antropologia_n1-20_1957-1964_07-GALVAO.pdf
- Galvão, E. (1979 [1954]). Mudança cultural na região do rio Negro. In E. Galvão, *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil* (pp. 120-125). Paz e Terra. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:galvao-1979-mudanca>
- Galvão, E. (1979 [1957]). Estudos sobre a aculturação dos grupos indígenas do Brasil. In E. Galvão, *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil* (pp. 126-134). Paz e Terra. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:galvao-1979-estudos>
- Galvão, E. (1979 [1962]). Encontro de sociedades tribal e nacional no rio Negro, Amazonas. In E. Galvão, *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil* (pp. 257-271). Paz e Terra. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:galvao-1979-sociedades>
- Galvão, E. (1979). *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Paz e Terra.
- Gonçalves, M. A. (Org.). (1996). *Diários de campo de Eduardo Galvão: Tenetehara, Kaioá e índios do Xingu*. Editora da UFRJ/ Museu do Índio-FUNAI. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:galvao-1996-diaros>
- Kato, G. A., Fagundes, G. O., Balanco, J. P.G., & Almeida, J. V.M. (2020). Eduardo Galvão. In *Enciclopédia de Antropologia*. Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. <http://ea.fflch.usp.br/autor/eduardo-galvao>
- Magalhães, S. B., Silveira, I. M., & Santos, A. M. (2011). *Encontro de Antropologia: homenagem a Eduardo Galvão*. EDUA.
- Meira, M. (2018). *A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico*. EdUFSCar.
- Meira, M. (2020). Ecologia política da borracha, aviamento e violência no noroeste amazônico. In R. Verdum & A. M. Ramos (Orgs.), *Memórias, violências e investigação colaborativa com povos indígenas: contribuições teóricas, metodológicas, éticas e políticas ao fazer etnográfico* (pp. 217-260). E-papers.
- Oliveira, A. E. (1991). Impressões e reflexões de Eduardo Galvão, em Manaus – Notas de viagem, 1951. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia* 7(2), 117-131. <https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/461>
- Oliveira, A. E. (1999, jun. 22). *Transcrição: Carta*. Arquivo Guilherme de La Penha, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.
- Oliveira, A. E., & Galvão, E. (1973). A situação atual dos Baniwa (Alto Rio Negro) - 1971. In M. F. Simões (Ed.), *O Museu Goeldi no ano do sesquicentenário* (Publicações Avulsas, n. 20, pp. 27-40). Museu Paraense Emílio Goeldi. https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aoliveira-1973-situacao/Oliveira%26Galvao_1973_ASituacaoAtualBaniwa.pdf
- Redfield, R., Linton, R., & Herskovits, M. (1936). Memorandum for acculturation. *American Anthropologist, New Series*, 38(1), 149-152. <https://www.jstor.org/stable/662563>
- Redfield, R. (1948). *The Folk Culture of Yucatan*. University of Chicago Press.
- Ribeiro, D. (1979). Prefácio. In Eduardo Galvão, *Encontro de sociedades. Índios e brancos no Brasil* (pp. 11-16). Paz e Terra. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:galvao-1979-encontro>
- Rice, H., & Swanson, J. W. (1918). Notes on the Rio Negro (Amazonas). *The Geographical Journal*, 52(4), 205-218. <https://www.jstor.org/stable/1303436>
- Missões Salesianas do Amazonas. (1965). *De Tupan a Cristo: jubileu de ouro. Missões Salesianas do Amazonas (1915-1965)*. Missões Salesianas.
- Velthem, L. H. V. (1976). Eduardo Enéas Gustavo Galvão – 1921-1976. *Revista de Antropologia*, 21(2), 226-228. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1978.131566>

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Os autores declararam participação ativa durante todas as etapas de elaboração do manuscrito.



